

## Para Além do Canteiro de Obras: Saberes de Prudência e Desenvolvimento Local Beyond the Construction Site: Knowledge of Prudence and Local Development



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v14i2.3372>

**Elenice Maria Oliveira Antunes**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário Una.

e-mail: [eleniceantunes1@hotmail.com](mailto:eleniceantunes1@hotmail.com)



<https://orcid.org/0000-0002-4667-5391>

**Alexandra Passos do Nascimento**

Arquiteta e urbanista, Historiadora, Doutora e Mestra em Ciências Sociais pela PUC/Minas Professora do Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário Una.

e-mail: [alexandranascimento@uol.com.br](mailto:alexandranascimento@uol.com.br)



<https://orcid.org/0000-0003-0035-547X>

Recebido em: 30/08/2021 – Aceito em 18/11/2021

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo compreender como os chamados “saberes de prudência” – experiências e saberes acumulados ao longo dos anos de atividade profissional – dos trabalhadores da construção civil podem contribuir para a diminuição dos acidentes no setor. A pesquisa possui abordagem qualitativa, com enfoque exploratório e descritivo. Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados entrevistas semiestruturadas realizadas com 12 trabalhadores da construção civil e a observação simples. Os dados foram analisados à luz da análise de conteúdo. Foi possível observar a desconsideração dos saberes desenvolvidos pelos operários em detrimento aos conhecimentos técnicos da equipe gestora da obra, uma vez que os gestores de segurança do trabalho utilizam métodos e ferramentas que não possibilitam o diálogo e a troca de conhecimentos durante as capacitações realizadas nos canteiros de obras. Durante os treinamentos obrigatórios propostos pelos gestores de segurança do trabalho, os operários são meros espectadores. No entanto, observou-se que, no cotidiano do trabalho, os operários desenvolvem e compartilham práticas não contempladas pelas normas – os “saberes de prudência”. Estes, se compartilhados por meio da participação e do diálogo na construção de seu espaço de trabalho, podem contribuir para a emancipação social e política dos trabalhadores. O reconhecimento do “saber fazer” do trabalhador contribui para uma formação profissional qualificada e para a busca por melhores condições de trabalho. Nesse sentido, a formação crítica dos trabalhadores – que por meio da participação se tornam sujeitos conscientes de sua capacidade de transformação – transborda os canteiros de obras, visando a emancipação e construção do desenvolvimento local.

**Palavras-chave:** Construção civil. Segurança do Trabalho. Saberes de prudência. Desenvolvimento

Local.

**Abstract:** This paper aims to understand how the so-called “prudential knowledge” – experiences and knowledge accumulated over the years of professional activity – of civil construction workers can contribute to the reduction of accidents in the sector. The research has a qualitative approach, with an exploratory and descriptive focus. Semi-structured interviews conducted with 12 civil construction workers and simple observation were used as data collection instruments. Data were analyzed in light of content analysis. It was possible to observe the disregard of the knowledge developed by the workers to the detriment of the technical knowledge of the management team of the work, since the occupational safety managers use methods and tools that do not allow for dialogue and the exchange of knowledge during the training carried out on the construction sites of works. During mandatory training proposed by occupational safety managers, workers are mere spectators. However, it was observed that, in their daily work, workers develop and share practices not covered by the norms – the “knowledge of prudence”. These, if shared through participation and dialogue in the construction of their workspace, can contribute to the social and political emancipation of workers. The recognition of the worker’s “knowing how to do” contributes to qualified professional training and to the search for better working conditions. In this sense, the critical training of workers – who through participation become subjects aware of their capacity for transformation – overflows the construction sites, aiming at the emancipation and construction of local development.

**Keywords:** Civil construction. Workplace safety. Prudential knowledge. Local development.

## Introdução

A construção civil é uma área de atuação que apresenta características específicas. Dentre estas, cabe destacar que se trata de um processo de produção semiartesanal que requer atividades manuais e habilidades individuais. Tais especificidades permitem inferir que o processo de ensino-aprendizagem acerca da prática laboral na construção civil, também apresenta particularidades, principalmente ao se pensar que, em grande parte, o conhecimento é construído e compartilhado entre os trabalhadores durante o processo, de forma empírica, *in loco*.

Contudo, grande parte das vezes, esses saberes desenvolvidos pelos trabalhadores no cotidiano da construção civil, durante o exercício da profissão, os chamados “saberes de prudência”, não são valorizados ou reconhecidos pela equipe gestora das obras. A capacitação dos operários da construção civil, no que tange à segurança do trabalho, se desenvolve, primordialmente, com base em conhecimentos técnicos/científicos, desprezando a experiência como fonte de conhecimento.

O responsável técnico pela elaboração dos treinamentos deve ser, de acordo com a legislação, um profissional habilitado, técnico ou engenheiro de segurança do trabalho. No entanto, grande parte dos profissionais se limita a reproduzir as informações contidas nas normas de segurança, desconsiderando as práticas cotidianas exercidas pelos trabalhadores nos canteiros de obra. Estas práticas constituem importante contribuição para o debate que envolve a formação do trabalhador, uma vez que a troca de saberes e experiências é fundamental para a construção do conhecimento.

O processo de ensino-aprendizagem das normas de segurança do trabalho vem adotando, nas obras de construção civil, a metodologia de ensino tradicional, na qual “aquele que sabe” (gestor/patrão) deve ensinar “àquele que não sabe”, operário. Deste modo, vem, também, reproduzindo uma hierarquia e uma hegemonia social, historicamente instituída como se proteger durante a realização das atividades profissionais. Logo, o que se observa é o silenciamento do conhecimento e das trajetórias profissionais

e de vida desses operários, que são sujeitos e protagonistas na construção civil que devem ter seus saberes reconhecidos e compartilhados de forma mais ampla.

Partindo desse panorama, esta pesquisa vem propor a valorização da construção do conhecimento acerca da segurança do trabalho na construção civil envolvendo a participação do corpo técnico e dos trabalhadores. Nesse sentido, os saberes de prudência e os saberes técnicos devem contribuir para a segurança nos canteiros de obras.

### **A construção civil em Bom Despacho, Minas Gerais**

Bom Despacho é uma cidade de pequeno porte, com população estimada em 51.028 habitantes em 2020, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020). Distante 140 km da capital mineira, o centro comercial se localiza no entorno da Igreja da Matriz de Nossa Senhora do Bom Despacho, no centro da cidade, onde também estão localizados os imóveis mais valorizados pelo mercado imobiliário. Por isso, cada terreno ou imóvel antigo é muito disputado pelos empresários locais para a construção de grandes edifícios residenciais e comerciais.

O centro da cidade é palco de vários canteiros de obras. Tal fato ocorre principalmente pela ausência de leis municipais mais rígidas que regulamentem a aprovação, construção e a fiscalização das obras em geral. Como no município de Bom Despacho não há representação sindical dos trabalhadores da construção civil, vigoram as convenções e acordos da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado de Minas Gerais (FETICOM-MG), localizada em Belo Horizonte. Contudo, não há programas, treinamentos ou ações promovidas por representações sindicais em prol da segurança do trabalhador nos canteiros de obra da cidade, sendo pouco provável que os trabalhadores tenham algum conhecimento da existência da FETICOM-MG.

Na ausência de fiscalização por parte de órgãos federais e de programas e ações sindicais, os trabalhadores da construção civil podem contar somente com os treinamentos obrigatórios, estabelecidos pelas Normas Regulamentadoras (NR's) ofertados pelas empresas. Segundo Carvalho e Freitas (2013), é importante ressaltar a diferença entre treinamento e capacitação: os treinamentos tornam as pessoas aptas para realização de uma tarefa, desconsiderando a sua compreensão sobre o significado do que é transmitido. Já a capacitação visa criar condições para que o aprendente desenvolva competências e habilidades, que dependem diretamente do seu interesse. As empresas ministram aos operários da construção civil "treinamentos" cuja metodologia adotada não contempla a participação do trabalhador no processo ensino aprendizagem.

Os programas de segurança e saúde no trabalho, em função da cultura dominante na maioria das empresas, são concebidos e orientados normalmente para o atendimento à legislação que dispõe sobre a matéria. Programas fundamentados nesse princípio são, em geral, pobres e de baixo desempenho, por várias razões, mas, principalmente, porque privilegiam as situações de risco que se apresentam em franco desacordo com a Lei[...] em detrimento de outras que podem ser muito mais nocivas à saúde do trabalhador, mas não facilmente perceptíveis (OLIVEIRA, 2003, p. 2).

É lugar comum na literatura sobre o tema que os contratantes cumpram minimamente o estabelecido pela legislação, com intuito de evitar multas, embargos, afastamentos, atrasos na produção e reclamações trabalhistas, sem se preocupar em "capacitar" ao invés de "treinar". Essa postura pode ser relacionada com os números elevados de acidentes do trabalho na construção civil.

## O canteiro de obras: Educação e trabalho na construção civil

Segundo a NR 18, canteiro de obras é “área de trabalho fixa e temporária, onde se desenvolvem as operações de apoio e execução de uma obra” (BRASIL, 2020, s/p). Para além do conceito normativo e burocrático, o canteiro de obras é um espaço que guarda subjetividades, onde são construídas amizades, consolidados aprendizados e compartilhados saberes. Costa (2010) afirma que a construção civil tem um modo original de industrialização, sua especificidade encontra-se relacionada aos projetos, cálculos, terreno e, essencialmente, ao ambiente que permite a interação entre o trabalhador e o seu trabalho.

Para Costa (2010), a indústria da construção civil possui especificidades diferentes das demais. No canteiro de obras, os materiais de construção, ferramentas e mão-de-obra giram em torno do artefato a ser “produzido”, que será permanentemente fixo, em um determinado local, diferentemente do processo produtivo de automóveis, cuja linha de produção ocorre em série e todo o processo é padronizado e repetitivo. Na construção civil, cada obra é única. A construção civil se destaca pela forte heterogeneidade. A princípio, pela heterogeneidade do produto, que podem ser pequenas obras, como por exemplo, uma reforma, construções ou mesmo grandes obras implementadas pelo Estado como estradas, viadutos ou túneis. O autor afirma também que a mão de obra é caracterizada por múltiplas qualificações e a construção do conhecimento dos trabalhadores ocorre no próprio processo produtivo. A heterogeneidade é existente até mesmo no porte da empresa como o número de funcionários e a sua capacidade produtiva e de investimento. A qualificação diferenciada dos trabalhadores da construção civil é também produto da heterogeneidade do setor e que a experiência na execução dos trabalhos é mais importante que o grau de escolaridade, ou qualquer outro tipo de certificação, quando se fala em trabalhadores de ofício e seus ajudantes (Costa, 2010).

Em obras de médio a grande porte é possível identificar alguns elementos de organização, divididos em áreas operacionais que são a portaria, escritório, almoxarifado, central de concreto e de argamassa; e as áreas de vivência que são refeitório, alojamento, instalações sanitárias, dentre outros. A existência da “área de vivência”, se justifica pelo fato do operário passar o dia inteiro na obra, em determinadas situações até ficam alojados, por isso a necessidade de implementar medidas que proporcionem bem-estar e qualidade de vida aos operários.

A educação é de suma importância na formação do trabalhador, não apenas no tocante ao desenvolvimento de competências e habilidades inerentes ao conhecimento científico da Educação Formal, mas, especialmente na formação de sujeitos críticos. Assim é primordial seu papel na construção de uma sociedade mais justa.

Ciavatta (2005) afirma que a educação é incapaz de mudar as desigualdades sociais, mas é uma porta relevante para a compreensão dos fundamentos da desigualdade e para a geração de uma nova institucionalidade no país. A educação, quando ofertada, é principalmente para responder a demanda do mundo do trabalho. Trabalho que é fonte geradora de riqueza, mas que também é, por causa da apropriação do setor privado, causa de exclusão e de desemprego. Ciavatta (2005, p.4) afirma que “no Brasil, o dualismo das classes sociais, do acesso aos bens e aos serviços produzidos pelo conjunto da sociedade, se enraíza no tecido social através de séculos de escravismo e de discriminação do trabalho manual”.

Na construção civil os operários são aqueles que executam a obra e quem conduz os projetos são os gestores, aqueles que detêm o conhecimento técnico/científico. Ainda segundo Ciavatta (2005), a história da formação profissional no Brasil é uma luta política entre duas alternativas: a implantação do

assistencialismo e da aprendizagem operacional *versus* os fundamentos da técnica, o preparo intelectual.

Segundo Frigotto (2001), a educação em geral e, principalmente a educação profissional, se vincula a uma perspectiva de adestramento e acomodação. "Trata-se de conformar um cidadão mínimo, que pensa minimamente e que reaja minimamente" (FRIGOTTO, 2001, p.10). Essa perspectiva externaliza a importância de cursos de formação que utilizem metodologias que promovam a participação dos operários, levando-se em conta seus saberes constituídos e acumulados ao longo da vida. Devido a essa concepção de "domesticação" e "dominação", nota-se também a necessidade de reconhecimento, por parte do empresariado, que a gestão da segurança não representa custos, mas um investimento, a fim de não aumentar o número de acidentes do trabalho e potencializar a produtividade e qualidade.

Embora os treinamentos de segurança do trabalho sejam cursos de curta duração, eles podem adotar concepções pedagógicas nas quais os operários sejam estimulados à participação. Segundo Freire (1987), ninguém educa ninguém, como tão pouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo. A proposta de educar para formar cidadãos para além do canteiro de obras vai ao encontro da necessidade de construir uma sociedade mais justa, na medida em que a experiência de participação, ainda que pontual, pode promover diálogos e reflexões sobre o trabalho e até mesmo sobre questões mais amplas.

Neste estudo, importa pensar a transformação das relações sociais dos trabalhadores da construção civil não apenas no que diz respeito aos processos técnicos, mas na busca pela emancipação e autonomia dos operários, no que refere a participação social e cidadania. Sujeitos ativos nos espaços de trabalho, agentes de transformação, se reconhecem enquanto sujeitos e não mais como meras "ferramentas" da construção civil. O canteiro de obras, nesse sentido, se constitui território, no qual os operários vivenciam os riscos cotidianos e constroem identidades.

Segundo Tenório e Rozenberg (1997, p.163) "[...] participar é repensar o seu saber em confronto com outros saberes. Participar é fazer 'com' e não 'para', [...] é uma prática social". Logo, ao construir e reconhecerem-se enquanto sujeitos no processo, eles tornam-se capazes de, utilizando as potencialidades e especificidades de sua profissão e de seu meio de trabalho, propor formas e meios de transformarem somente o espaço laboral, mas também o espaço social.

Segundo Bordenave (1994) *apud* Tenório (2005) existem dois processos de participação: o micro e o macro. A instância de participação micro envolve grupos primários como a família, os amigos e os vizinhos, pois este tipo de participação se dá a partir de dois ou mais indivíduos que compartilham objetivos e/ou interesses comuns. É extremamente importante este processo, pois seu aprendizado pode ser considerado como um pré-requisito para a participação em nível macro, visto que a participação neste âmbito ocorre a partir de grupos secundários: empresas, clubes, associações e grupos terciários: em movimentos de classe, partidos políticos, entre outros.

Nascimento *et al.* (2010) lembrando Oddone *et al.* (1986) afirmam que o campo da saúde deve se constituir em espaço de luta, no qual os operários se engajem como participantes ativos na interação entre os saberes acadêmicos e as suas experiências. Nesse sentido, é necessário que a construção de conhecimentos seja coletiva que os operários se apropriem deles e se posicionem como protagonistas na luta contra as doenças, as incapacidades e as mortes no trabalho.

A pesquisa foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa. A escolha de tal abordagem metodológica reside no fato de que ela possibilita múltiplas formas de coleta de dados, e assim os fatos observados não são previamente determinados, pois, como já nos indicam Alves-Mazzotti; Gewandszajder (1999, p.21), a metodologia qualitativa oferece-nos a oportunidade de "descrever e

compreender o que está ocorrendo em uma dada situação”, sem nos preocuparmos com paradigmas ou modelos pre determinados, favorecendo assim a observação do fenômeno em seu local de ocorrência, com posteriores combinações de métodos, tais como análise de documentos, entrevistas, entre outros, que culminará em “um rico material para orientar o pesquisador nas tarefas de registro, análise e apresentação de dados” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999, p.25).

A pesquisa foi realizada em um canteiro de obras de um edifício residencial e comercial, com área total a construir de 10.541,71m<sup>2</sup>, na região central de Bom Despacho. Foram entrevistados nove operários da construção civil, com idade entre 20 e 66 anos e três responsáveis pela obra com idade entre 29 e 50 anos.

Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados a observação simples e a entrevista semiestruturada. A observação “utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar” (LAKATOS, 2017, p.108). Durante a pesquisa foram observadas as práticas cotidianas dos trabalhadores no desempenho de suas funções e como eles se relacionavam com os riscos inerentes a essas atividades. Com a observação simples pretendeu-se identificar a ocorrência de práticas de segurança não convencionais no exercício das atividades laborais, prováveis práticas oriundas da experiência individual ou coletiva dos trabalhadores.

Foi também utilizado como instrumento de coleta de dados, a entrevista semiestruturada. Segundo Duarte (2004, p.3) “As entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados”. Os roteiros elaborados para as entrevistas tinham como objetivo compreender as experiências e os significados atribuídos pelos trabalhadores ao seu ofício.

## **Trabalhadores e qualificação/formação**

O presente trabalho compreende os operários como protagonistas no cenário da construção civil, nesse sentido, para preservar a identidade dos entrevistados, foram lhes atribuídos nomes fictícios de pedras preciosas.

Os participantes da pesquisa foram divididos em dois grupos, sendo o grupo 1 dos “operários” e o grupo 2 da “gerência”, por entendermos que na realidade se formam mesmo dois grupos de trabalhadores, os operários que são aqueles que executam o serviço braçal, mas também intelectual, pois nada chega às mãos que não tenha passado antes pela cabeça, e a gerência que são os trabalhadores que detêm o conhecimento técnico/científico.

No grupo dos operários são todos do sexo masculino, sendo o mais jovem com 22 anos e o mais velho com 66 anos. A maioria dos entrevistados é natural de Bom Despacho, sendo as duas exceções oriundas dos estados de São Paulo e da Bahia. Quanto ao grau de escolaridade, apenas dois possuem o Ensino Médio completo e um cursando o Ensino Superior. Os demais possuem o Ensino Fundamental, completo ou incompleto. No que diz respeito ao tempo de trabalho na construção civil, o entrevistado menos experiente tem menos de um ano de experiência, três operários entre 5 e 10 anos, dois com mais de 10 anos e três com mais de 20 anos.

O grupo da gerência é composto pelo corpo técnico de segurança do trabalho, única mulher no universo pesquisado, o engenheiro responsável pela obra e sócio-diretor da construtora, e o estagiário. Todos são naturais de Bom Despacho, sendo que o mais jovem possui 29 anos e o mais velho 50 anos.

Dois trabalhadores possuem curso superior e um superior incompleto.

A estrutura do canteiro de obras visitado consiste em uma portaria, que não é vigiada, constituída apenas de um portão de prancha de madeira, que dá acesso ao primeiro subsolo, onde futuramente será a garagem do prédio. Neste pavimento está localizado o refeitório, composto por duas grandes mesas de pranchas de madeira, e dois bancos compridos em cada mesa. Há duas estufas para aquecer as marmitas, um bebedouro de água, um armário para colocar os pertences dos trabalhadores e um quadro de avisos com lembretes do uso de máscaras e higienização das mãos. O local é limpo e é disponibilizado álcool nas mesas. O almoxarifado de ferramentas e equipamentos fica ao lado do refeitório. Segundo as informações do estagiário da obra, a rotina diária começa com a chegada do trabalhador à obra às 7 horas; às 9 horas eles tomam um lanche (todos os lanches e refeições são trazidos de casa pelos trabalhadores). Ao meio-dia há o intervalo do almoço até às 13 horas. Às 15 horas outro lanche e saída às 17 horas.

O intervalo do almoço é aproveitado pelos trabalhadores para descanso: alguns preferem ficar sentados na calçada, na área externa da obra, para ver o “movimento” da rua, já que a obra é na área central. Outros preferem aproveitar o tempo livre para ouvir programas esportivos no rádio. Foi possível observar que na obra não se ouve música, prática comum nos demais canteiros de obra já visitados ao longo de experiência profissional das pesquisadoras. Ao ser questionados sobre o motivo, os trabalhadores disseram que ouvir música na hora do trabalho foi proibido pela gerência, que alegou que a prática atrapalharia a comunicação e comprometeria a concentração. Nos dias nos quais foram realizadas as entrevistas, a obra estava na fase intermediária, e por isso a maioria dos operários estava trabalhando no 9º pavimento, na construção da alvenaria, e no 10º pavimento, na preparação das formas dos pilares para a concretagem.

Parenti (2013), em seu estudo sobre os trabalhadores da construção civil e a experiência escolar, afirma que os entrevistados expressaram um sentimento de orgulho em ser “construtores” e que esse sentimento está relacionado à consciência de um saber fazer que abarca os conhecimentos para reconhecer erros e apontar a melhor maneira de realizar as tarefas para o desenvolvimento das obras. Os participantes da pesquisa valorizavam um saber próprio adquirido com a prática; assim, durante as aulas, relacionavam os procedimentos práticos com as informações dadas pelo instrutor.

Takahashi *et al.* (2012) afirmam que, no Brasil, a construção civil representa o setor de maior absorção de mão de obra, devido a abrangência de sua variada oferta de trabalho, sem muitas restrições para o recrutamento. Em Bom Despacho, não é diferente: no canteiro visitado, perguntamos à gerência quais eram os critérios de contratação. Olho de Tigre diz: “o critério é bem simples, nós pegamos a ficha e vemos se não tem nada criminal e depois fazemos algumas pesquisas com os empregadores anteriores”. Percebe-se, portanto, que não há nenhum pré-requisito de curso ou formação que seja utilizado como critério para contratação do trabalhador.

Parenti (2013) afirma que uma das características mais atribuídas aos trabalhadores da construção civil é a falta de qualificação profissional, justificada pelo baixo grau de escolaridade. A autora questiona a associação entre baixa escolarização e falta de qualificação, buscando compreender as especificidades da formação do trabalhador da construção. De acordo com Tomasi (1999), frequentemente confunde-se escolarização com qualificação: muitas vezes trabalhadores analfabetos ou semi-analfabetos são tomados por trabalhadores sem qualificação. Segundo o autor, “Muito embora a escolarização seja um elemento constitutivo importante da qualificação, outros fatores, como o tempo efetivo de experiência nos trabalhos de construção e de outros setores, têm tradicionalmente contribuído para a qualificação

dos trabalhadores da Construção Civil” (TOMASI, 1999, p. 32).

Grande parte dos professores/formadores dos treinamentos de segurança do trabalho têm como referência práticas pedagógicas que desconsideram as experiências dos trabalhadores. Tais práticas reproduzem a maneira como foram “treinados”. Essa atitude pode ser explicada pela adoção na construção civil, de uma prática prescritiva segundo a qual a norma existe para ser cumprida. Nesse sentido, é necessário rever as metodologias de ensino adotadas no canteiro de obras, tendo em vista que a maioria dos operários tem baixo grau de escolaridade. Segundo Tenório (2005), a relação entre os participantes de uma discussão, de forma geral, é bastante afetada pelo grau de escolaridade entre os membros, quando os que detêm maior “conhecimento” acabam estabelecendo uma relação de poder sobre os demais.

Assim, numa relação social que se pretenda participativa, os conhecimentos devem ser convergentes. O saber de quem estudou deve ser usado como apoio às discussões, mas não como orientador primeiro na decisão. numa relação coletiva o poder se dilui entre os participantes, já que o conhecimento e as informações são compartilhados, não existindo ‘donos da verdade’ (TENÓRIO, 1990, *apud* TENÓRIO, 2005, p. 163).

Dessa forma, os conhecimentos mesmos que diferentes, devem ser integrados. De acordo com Cunha (2015), ao analisar os números da RAIS sobre o grau de escolaridade dos trabalhadores da construção civil, afirma que “em 2013, mais da metade dos trabalhadores (51,3%) possuía um grau de escolaridade que era superior ao 9º ano completo, enquanto representavam menos de 25% em 2002” (CUNHA, 2015, p. 57). O autor relata que houve um pequeno crescimento na participação dos que ingressaram no Ensino Superior.

Na obra pesquisada, o trabalhador Pirita é estudante universitário do curso de Direito. Ele afirma que ingressou na construção civil, uma ocupação que não tem relação com a graduação escolhida, para custear seus estudos, pois sua ocupação anterior demandava viagens a trabalho o que impossibilitaria seus estudos. Quando perguntado sobre como iniciou seu trabalho na construção civil ele relata que “foi necessidade mesmo, foi por causa da faculdade, comecei a fazer faculdade e tive que parar de viajar, de trabalhar de motorista, aí iniciei como servente” (Entrevista realizada em julho de 2020).

Segundo Costa (2010) “a construção do conhecimento dos trabalhadores ocorre essencialmente no próprio processo produtivo, sendo a experiência na execução dos trabalhos o elemento fundamental” (COSTA 2010, p. 35). Assim, para os trabalhadores de ofício e seus ajudantes, a experiência na execução dos trabalhos é mais importante que a escolaridade. Nesse sentido, Topázio nos relata sua experiência de trabalho na construção civil:

Fui pra uma obra de meio oficial, né? A primeira obra minha eu fui de meio oficial de pedreiro... aí chegando lá o serviço de pedreiro acabou e eles colocaram eu na carpintaria...aí eu não sabia nada né? Aí eu comecei, eu tornei carpinteiro e de lá pra cá eu venho trabalhando de carpinteiro (Entrevista realizada em julho de 2020).

Quartzo também relata sua história profissional e conta como começou sua trajetória: “Comecei de servente né? Aí a gente foi crescendo na firma, né?”. Cromita também relata que fez carreira na construção civil: “A minha experiência que eu tive foi de ajudante de pedreiro, aí depois peguei a classificação né, de pedreiro, e tô até hoje”. Nesse canteiro, a grande maioria dos trabalhadores começou como

servente ou ajudante de pedreiro.

Cabe destacar que o canteiro de obras é local de rotatividade, principalmente pelo fato de a obra exigir diferentes especificidades a cada etapa. A construção tem caráter cíclico, para cada etapa, uma mão de obra diferente, de acordo com a demanda da execução. Nesse sentido, quando acaba a execução de determinada etapa, muitas vezes esta equipe pode ser dispensada. Por isso os trabalhadores da construção civil são comumente chamados de “peões”, são “aqueles que rodam, que não tem estabilidade” (COSTA, 2010).

Posição distinta é a do mestre de obras: é o operário mais velho entre os entrevistados e que possui maior experiência na construção civil, sendo respeitado por sua “carreira profissional”.

### **Segurança do trabalho: linha de vida ou... a vida por um fio**

A Linha de Vida protege a vida do trabalhador contra quedas em altura. Para garantir a segurança de trabalhadores em trabalhos em altura, a Linha de Vida é um equipamento muito utilizado, especialmente na construção civil. Trata-se de um Equipamento de Proteção Coletiva (EPC), pois pode suportar vários operários ancorados ao mesmo tempo. Ela se baseia em sistemas de ancoragem feitos com cabo de aço ou corda. No contexto da construção de edifícios, elas geralmente são provisórias e podem ser montadas e desmontadas conforme o andamento da obra.

Estes equipamentos devem seguir Normas Técnicas específicas<sup>1</sup> para assegurarem a qualidade e a segurança do trabalho. À Linha de Vida liga-se o mosquetão do cinto de segurança, assim o movimento do trabalhador deve ser exercido em toda sua extensão. Como equipamento de segurança, a Linha de Vida é responsável por evitar quedas de altura, acidente esse, causador de grande número demortes ou lesões graves na construção civil.

Durante a observação no canteiro de obras, a altura da estrutura foi ponto que, inevitavelmente, chamou-nos a atenção. Antes mesmo de entrar na obra, foi possível perceber algumas irregularidades, tais como redes de proteção sem manutenção e plataformas de segurança em desacordo com a legislação. Ao adentrar no canteiro de obras, outra irregularidade foi notada. A recepção ocorreu no refeitório, localizado no primeiro subsolo, cujo acesso é a rampa da garagem (Diário de campo, 2020).

De acordo com a legislação, o local para refeições não pode estar situado em subsolos ou porões das edificações (BRASIL, 2020, item 18.4.2.11 letra J). Apesar de a legislação não justificar o motivo de tal normativa, é possível pressupor que subsolos e porões são espaços inadequados para ocupação contínua, com meios limitados de ventilação, pois não possuem janelas. Por medida de segurança, os refeitórios devem estar localizados em locais arejados.

Para garantir a segurança dos trabalhadores a Legislação preconiza dois tipos de equipamentos de proteção: os Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC's) e os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's). Sendo que, a utilização de EPI's é recomendada, enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implementadas.

No primeiro pavimento, a obra parecia limpa e organizada, mas, à medida que avançamos para os andares superiores, percebemos muitas negligências no meio ambiente de trabalho. Subindo um pouco mais, chegamos onde foram executados os serviços de desmontagem das formas de concreto. Neste local é possível perceber bastante entulho, inclusive no lugar de passagem dos trabalhadores, há madeiras e pregos com as pontas viradas para cima (Diário de campo, 2020).

Também conhecidas como bandejas, as plataformas de proteção são estruturas externas à edificação, cujo objetivo é evitar que ferramentas e materiais de construção caiam nos arre-

<sup>1</sup> NR-18, NR-35 e NBR's 16325-1 e 16325-2

dores da obra sobre transeuntes ou edificações vizinhas. São estruturas em balanço, constituídas na base por perfis metálicos e forradas com pranchões de madeira.

Na obra visitada, foi detectado que a bandeja estava com grande folga entre a laje e o pranchão de madeira, possibilitando a queda não só de objetos, mas até mesmo de pessoas, pois não há guarda corpo de proteção no perímetro do pavimento, possibilitando o acesso de pessoas à plataforma, o que caracteriza um grave risco de queda (Diário de campo, 2020).

Além das formas de prevenção serem arcaicas, elas ainda são usadas e construídas de forma errônea. Filgueiras e Scienza (2015) afirmam que novos métodos construtivos são rotineiramente desenvolvidos, novos materiais, novas máquinas e equipamentos: o crescente avanço tecnológico na construção civil vem contribuindo com o aumento da produtividade do trabalho e acelerando a confecção da construção. Porém, nas cidades do interior essa tecnologia tarda a chegar. A disponibilidade de mão de obra barata e em abundância pode ser apontada como um fator de atraso na utilização de novas tecnologias, já que o lucro pode ser auferido com restrito investimento tecnológico, baixos salários e super exploração do trabalho.

Nesse sentido, o empresariado opta pelo uso de métodos e materiais ou equipamentos tecnicamente defasados. Nas obras em Bom Despacho, o uso das bandejas é comum, mas geralmente não segue, a rigor, a forma construtiva da norma. Cabe destacar que em 2020 houve revisão nos textos de várias NR's<sup>2</sup>, mas durante a pesquisa de campo e a escrita desse trabalho estas mudanças ainda não estavam em vigor e, por isso, os dados foram analisados à luz das Normas vigentes.

Os itens de irregularidade detectados na obra pesquisada: falta de proteção coletiva nos trabalhos em alturas, o fechamento de aberturas no piso, a falta de proteção nas periferias e ausência de guarda-corpo são alguns dos pontos de negligência mais recorrentes nas infrações detectadas nas fiscalizações, não ocorrendo em específico no canteiro de obras em análise.

Ao chegar no 8º pavimento, outra irregularidade detectada foi a ausência de elevador de passageiros (Diário de campo, 2020). Segundo a NR 18 "nos edifícios em construção com oito ou mais pavimentos, a partir do térreo ou altura equivalente, é obrigatória a instalação de pelo menos um elevador de passageiros devendo seu percurso alcançar toda a extensão vertical da obra" (BRASIL, NR 18, item 18.14.23.1, 2020, s/p). No entanto, na obra observada, para chegar ao posto de trabalho, o operário tem que subir e descer oito pavimentos ao longo do dia para desempenhar suas tarefas (Diário de campo, 2020).

Observou-se, também, o processo de montagem do andaime, pelo operário Quartzzo, carpinteiro, para a execução da montagem das formas da laje do 10º pavimento. As peças do andaime foram içadas por uma corda por outro operário e recebidas por Quartzzo do alto das peças já encaixadas, sentado sobre uma tábua sem portar o cinto de segurança e fumando um cigarro calmamente (Diário de campo, 2020).

Ganem e Rodrigues (2016), em estudos sobre a psicodinâmica do trabalho, perceberam no curso de suas investigações que os homens no prédio que mais frequentemente resistem à aplicação de padrões de segurança e adotam comportamentos de risco, não são insanos ou imprudentes. Pelo contrário, a negação do risco (para não sentir o medo engendrado pelo trabalho nesta profissão) é uma construção que permite trabalhar da forma menos dolorosa e mais eficaz possível, apesar do medo gerado pelos "riscos do trabalho".

A avaliação e ações relativas aos riscos no ambiente do trabalho são realizadas pelos profissionais especialistas em segurança do trabalho, por possuírem as expertises ne-

<sup>2</sup>As Normas regulamentadoras revisadas em 2020: NR-01 Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais; NR-07 Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO; NR-09 Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos; NR-18 Condições de Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção.

cessárias para propor as soluções. Espera-se dos operários obediência às regras e a utilização dos EPI's e EPC's.

Nascimento *et al.* (2010) afirmam que os conceitos sobre riscos ocupacionais foram concebidos de modo a vincular relações diretas entre as doenças profissionais e os acidentes do trabalho. Tais concepções levaram a crer que o risco ocupacional é uma decorrência do ambiente físico, das máquinas e dos equipamentos, das substâncias tóxicas, sem considerar as especificidades dos processos de trabalho, a particularidade humana e sem mensurar as dimensões que envolvem o sofrimento psíquico no trabalho. As autoras argumentam que “é preciso que se considere que os trabalhadores, para enfrentarem os riscos, usam sua criatividade atrelada aos saberes-fazer de prudência, muito embora esses sejam desconsiderados pela gerência” (NASCIMENTO *et al.*, 2010, p. 3).

Durante a observação do canteiro, foi possível notar a ausência de linha de vida para atracar o cinto de segurança de Quartzzo (Diário de campo, 2020). Quando perguntado sobre como era feito o travamento do cinto nessas circunstâncias, o estagiário afirmou que este era um grande problema, pois Quartzzo trava o cinto no próprio andaime. Em contraposição do efetivado na obra, a legislação preconiza que “o trabalhador deve usar cinto de segurança tipo paraquedista, ligado ao trava-quedas de segurança, este ligado a cabo-guia fixado em estrutura independente da estrutura de fixação e sustentação do andaime suspenso” (BRASIL, 2020, item 18.15.31).

Quando perguntado sobre a prática, Quartzzo explicou:

Ali em cima eu tava amarrando torre por torre e travando o cinto, né? Aí o andaime já não desce mais, que tá tudo amarrado, aí o cinto tava travado no andaime, não deixa descer nada. Eu travo o cinto no andaime [...]. Se você amarrar numa corda embaixo não resolve você amarrar. Você amarrar uma corda aqui embaixo e travar ele lá em cima vai cair a mesma coisa. Eu travo ele lá em cima, vou travando de peça em peça (Entrevista realizada em julho de 2020).

Quartzzo descumpra as regras ditadas pelas Normas por confiar na sua experiência. Na cena já citada anteriormente, em que Quartzzo fuma tranquilamente um cigarro e observa a paisagem do alto de um andaime localizado no décimo andar da obra, pode-se dizer que tal ato transmite a quem observa a cena, a sensação de que o operário se sente seguro. Essa sensação de segurança parece ser fruto da experiência cotidiana de vivenciar o perigo. Não se trata de exibicionismo, mas de uma situação corriqueira e recorrente no cotidiano do operário, o que permite pensar que os treinamentos de segurança ministrados pela equipe técnica não são efetivamente apreendidos pelos operários, que diante das normas, agem de acordo com o que lhes parece correto. Nesse sentido, o diálogo e a troca de saberes pode contribuir para que os trabalhadores atribuam novos sentidos às práticas de segurança.

Isso nos leva a refletir acerca do impacto que a ausência da participação do operário enquanto sujeito de “criação” das normas pode ocasionar no canteiro de obras. Assim, sem participar da elaboração das normas e/ou de ser ouvido sobre elas, é possível que os trabalhadores não as percebam como úteis, o que os coloca em uma situação de risco.

Portanto, acreditamos que a chave para a redução das situações de risco nos canteiros de obras está intimamente relacionada com a efetiva participação dos operários nas discussões e nas capacitações. Isso promoveria uma harmonização entre os saberes prescritos pelas normas e os conhecimentos prévios (saberes de prudência), que os trabalhadores construíram e continuam a construir, cotidianamente, através do exercício da profissão.

Nascimento *et al.* (2010) propõem que aliados aos saberes técnicos sejam também incorporados saberes dos trabalhadores nas discussões e ações de prevenção. As autoras citam Cru (1987) que também acredita que os sujeitos criam estratégias defensivas desenvolvidas coletivamente. Os trabalhadores para se protegerem dos riscos usam a criatividade juntamente aos seus saberes-fazer de prudência. Para se fazer uma ação preventiva integradora há uma lacuna a ser preenchida entre as normas técnicas e o *savoir-faire* dos trabalhadores.

Saurim e Formoso (2000) *apud* Filgueiras (2015) afirmam que apenas 50% dos canteiros de obras no Brasil atendem ao estabelecido nas Normas de Segurança do Trabalho. O descumprimento nas instalações de andaimes e proteções periféricas é o que mais se destaca. Tal fato explica o motivo de quedas de altura ser a principal causa de acidentes fatais e foram observados no canteiro de obras estudado, além do uso inadequado do cinto de segurança nos andaimes em que estava sendo executada a alvenaria. Os operários estavam com o cinto, mas não o prenderam na Linha de Vida.

Ficam evidenciadas duas situações falhas. Na primeira delas há de se ressaltar que o treinamento de EPI, como é ministrado, não apresenta efetividade para o operário, já que ele, colocado em uma situação passiva, não constrói saberes que seriam exitosos em uma situação prática. Em uma segunda observação, vale destacar a omissão da gerência em relação às condições do meio ambiente de trabalho, analisando somente sob o aspecto normativo (NR's).

Segundo Borges e Peixoto (2011), o termo condições de trabalho é utilizado de maneira pouco consensual; alguns autores se prendem a aspectos do entorno das atividades do trabalho enquanto outros envolvem também o conteúdo e a realização das atividades. Os autores afirmam que a construção conceitual acerca do que se entende por condições de trabalho ocorreu em conjunto com a elaboração de tipologias que abarcam, entre outros aspectos, as relações interpessoais e as práticas sociais relativas à gerência do trabalho. Assim,

As práticas sociais vivenciadas no âmbito interpessoal e as ações de gestão são elementos configurantes das condições de trabalho e incorporam e refletem a inserção socio cultural dos atores (operários e representantes patronais) (BORGES; PEIXOTO, 2011, p.6).

Borges e Peixoto (2011), em seus estudos sobre a discriminação social de operários, apontam alguns significados atribuídos por operários da construção de edifícios, em relação ao trabalho, Dentre eles: responder às exigências sociais e realização pessoal, "no sentido de que vivenciam prazerosamente os desafios inerentes às suas tarefas e atribuir elevada centralidade ao trabalho nas suas vidas" (BORGES; PEIXOTO, 2011, p. 2).

Sobre os riscos que permanentemente os operários estão expostos, Ônix relata sua experiência ao presenciar um quase acidente:

O exemplo foi do cinto que aconteceu... o rapaz chegou... não foi nesse prédio não, foi na Sete de Setembro... chegou e pegou o carrinho sem o cinto, aí o guincheiro... na época tava meio ressaquiado no dia, na segunda-feira, sem cinto, eu que segurei ele pra ele não cair. O Geraldinho da Tabatinga. Nossa Senhora, eu fiquei com medo, eu tremi mais do que ele. Eu tava de cinto e segurei ele, se não ele ia. Era pra ele tá no chão uma hora dessa (Entrevista realizada em julho de 2020).

Nesse relato constatamos a ineficiência dos treinamentos de segurança, pois o “esquecimento” de portar o EPI sinaliza que o operário não construiu saberes significativos sobre o uso do equipamento em sua rotina de trabalho.

O canteiro de obras é local de vários tipos de riscos ao trabalhador, dentre eles elencamos como os mais recorrentes a queda de altura, o choque elétrico e o corte de membros em máquinas. Tais fatores articulam-se diretamente com a pressão por produtividade, a falta de organização nos canteiros de obras, a negligência por parte dos empregadores no cumprimento às normas e treinamentos de segurança ineficientes.

Como se não bastassem todos esses condicionantes, há de se levar em conta também as condições psicoemocionais e/ou socioculturais dos operários da construção civil. Não raramente acontecem acidentes com trabalhadores após ingerirem bebidas alcoólicas, além das atitudes de exibicionismo e machismo, por se tratar de ambiente predominantemente masculino. Ademais há uma tendência à negação do risco, comprovada pelo fato de que, frequentemente, os trabalhadores se negam a usar os equipamentos de proteção individual (EPIs).

Quanto ao acervo e utilização de EPI's, Granada (julho 2020) informou que todos os trabalhadores recebem um balde contendo suas ferramentas de trabalho e seus EPI's. Cada trabalhador é responsável pelo seu balde. Nos dias nos quais foram realizadas as entrevistas todos usavam bota de segurança e capacete. Alguns trabalhadores usavam óculos de segurança e outros óculos escuros comuns. Quanto às luvas de segurança, somente alguns as calçavam (Diário de campo, 2020).

A empresa do campo de pesquisa fornece o EPI, oferece treinamento de utilização de EPI e também fiscaliza. Ao perguntar para Olho de Tigre, se os operários utilizam os equipamentos de proteção, ele diz que “Sim, deveria estar sempre usando, mas sempre encontra um ou outro que deixa de usar, mas a gente pegando a gente pune. Advertência, suspensão” (Entrevista realizada em julho de 2020).

Ademais, a utilização da própria palavra “punição/pune”, alude a um processo de ensino baseado no “medo” e na obediência às regras de forma irracional. Logo, o que notamos é que não se busca um processo de ensino-aprendizagem reflexivo e formativo, que prevê a construção de saberes de forma racional e ativa.

Aos indagar os operários sobre a frequência de acidentes de trabalho nas obras, quase todos disseram ter presenciado poucos acidentes. Segundo Rubi, “às vezes acontece da gente pisar num prego, mas não foi nada demais não, só começou a furar” (Entrevista realizada em julho de 2020). Já Quartz, em resposta a essa mesma pergunta, respondeu: “só uma vez que eu caí do prédio, mas eu tava todo equipado, não deu nada não”. Nos dois depoimentos é possível inferir que os dois acidentes ocorreram em função da ausência de medidas de prevenção coletiva no ambiente de trabalho: O prego fora do lugar, deixado como entulho no canteiro e a queda do operário, que deveria ser impedida por um guarda corpo de proteção.

### **Acidentes acontecem... ou... o que falta?**

Segundo os entrevistados, na obra escolhida como cenário dessa pesquisa, não havia ocorrido, até então, nenhum acidente grave. Isso serviu como motivação a passar para a próxima pergunta: na sua opinião, porque eles (os acidentes) acontecem? A resposta veio rapidamente: “falta de equipamento de segurança e de responsabilidade”.

A essa pergunta, cinco dos nove operários disseram que os acidentes acontecem por falta de atenção, um por falta de consciência, um por falta de responsabilidade, um por excesso de confiança e um

porque tem que acontecer. Todas as respostas apontam para a responsabilização do operário. Nenhum entrevistado demonstrou preocupação ou consciência das diversas condições inseguras verificadas na obra.

A resposta de Pirita chamou-nos a atenção: “Ah eu acredito que é porque tem que acontecer mesmo, não é nem questão assim de descuido, no caso, pouca das vezes é descuido, a pessoa tá distraída, acontece, mas a maioria das vezes é que tem que acontecer mesmo”. A resposta de Pirita nos leva a refletir sobre a responsabilidade atribuída ao trabalhador pelos acidentes no canteiro de obras: ao acaso de dúvida, o operário é quase sempre responsabilizado.

O operário se percebe como único responsável pela prevenção de acidentes, o que demonstra desconhecimento acerca da posição ativa que o trabalhador e o empregador devem compartilhar enquanto agentes responsáveis pela segurança do trabalho. Vilela, Iguti e Almeida (2004) argumentam que

Merece destaque o uso da idéia (sic) de ato inseguro para configuração sistemática da culpa da vítima nos casos de acidentes do trabalho. Construiu-se então um modelo conveniente e útil para a descaracterização da culpa do empregador ou de seus prepostos, mantendo-se deste modo um clima de impunidade em relação aos acidentes do trabalho (VILELA; IGUTI ;ALMEIDA,2004, p. 8).

A naturalização de atribuição de responsabilidade apenas ao operário pode ser percebida nas falas dos responsáveis pela obra. Ao ser indagada sobre as causas dos acidentes do trabalho, Ágata respondeu:

Ato inseguro e condição insegura. Somente essas duas opções. Simples assim... não é pra falar porque Deus quis... porque tinha que ser... não... Deus não tem nada com isso. Ou é o ato inseguro ou é a condição insegura. Não tem outro termo (Entrevista realizada em julho de 2020).

Cabe destacar que Ágata reproduz em sua resposta os termos utilizados nas normas, o que permite inferir a distância entre a linguagem técnica – provavelmente utilizada durante os treinamentos – e a linguagem adotada no cotidiano da obra, que envolve formas distintas de comunicação, sejam verbais ou corporais.

Segundo Olho de Tigre, os acidentes de trabalho devem ser atribuídos: “Normalmente à displicência, falta de seguir e usar um EPI adequado. Normalmente é uma desobediência das normas”. Há de se ressaltar novamente a essa resposta a culpabilização unilateral (aos operários) dos acidentes que ocorrem na construção civil, não havendo qualquer menção acerca da responsabilidade da equipe gestora do empreendimento e/ou dos empregadores. Nesse sentido, a afirmação contrasta até mesmo com a observação feita no espaço, já que, como mencionado anteriormente, até a escolha do local do refeitório (que cabe aos gestores e não aos operários) demonstra inobservância da equipe gestora da obra às normas de segurança.

Quando perguntado aos trabalhadores como eles se protegem dos riscos dos acidentes do trabalho, as respostas foram unânimes: por meio da utilização dos EPIs. Tais respostas demonstram que os trabalhadores possuem informação sobre a importância dos EPIs, no entanto, diante dos relatos dos trabalhadores, esse conhecimento não se traduz em utilização efetiva dos equipamentos, conforme já mencionado na postura de Quartzzo. Tal constatação nos leva a uma reflexão acerca do processo de

ensino-aprendizagem e aos ensinamentos de Freire (1987).

O renomado pedagogo deixa clara a diferença entre passar informação e ensinar: “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1987, p.47). Assim, nos cabe questionar a proficiência dos “treinamentos” que as empresas de construção civil, entre elas a empresa responsável pela obra em análise nesta pesquisa. Estariam eles favorecendo à instituição de práticas de ensino-aprendizagem que permitem a verdadeira construção de saberes? Práticas responsáveis pela emancipação do indivíduo e pelo autorreconhecimento de si mesmo como parte integrante e agente do processo de ensino? Ou estariam tais práticas relacionadas apenas a questões burocráticas e legais?

Segundo Topázio, “[...] os equipamentos de segurança, eu acho que é o que mais protege a gente, o cinto, uma luva, um óculos, acho que em geral ajuda muito né?”... E complementa se referindo ao cinto de segurança:

[...] no meio (se referindo ao centro do pavimento) parece que a gente fica um pouco mais tranquilo, agora nessas beiradas... aí eles tem de ta de cinto, bem amarrado, que é muito alto, se chegar a cair... igual ele mesmo falou... (se referindo ao acidente de Quartzzo) eu tava pertinho dele...ele caiu lá embaixo...se não fosse um cinto desse aqui ele não tava aqui com nós hoje não... graças a Deus um cinto e uma corda amarrada num pilar no outro, seguiu e salvou a vida dele né? Uma corda e um cinto de segurança né? (Entrevista realizada em julho de 2020).

Em relação a pergunta: você encontra dificuldades no dia a dia para praticar sua segurança? Que desafios? Pode dar exemplo? A esta pergunta, seis dos nove entrevistados disseram que não encontram dificuldades e o que os EPIs não incomodam. Os demais deram respostas variadas como a seguir.

Rubi disse que “o mais difícil é ter medo de altura”. Rubi é um operário da construção civil que tem que vencer o desafio de construir paredes na periferia de pavimentos em prédios. Pírita relatou que às vezes encontra dificuldade: “às vezes até mesmo um local seguro para atracar o cinto, algum obstáculo que a gente encontra, tem que deslocar ele antes de amarrar o cinto...é assim”. Jaspe revelou que “tem hora...tem hora que não tá preparado pra ter segurança...a gente que tem que tá caçando meios”, se referindo ao fato de a obra não possuir segurança.

Apenas dois depoimentos demonstram que os operários têm percepção das condições inseguras na obra, ainda assim, com ressalvas, já que não evidenciam a frequência das condições inseguras, optando pela utilização do modalizador informal “tem hora”, para demarcar o caráter esporádico em que ocorrem condições inseguras no canteiro de obras. Mais uma vez somos levados a refletir sobre a responsabilização do operário pelos acidentes de trabalho.

Segundo a gerência da obra, todos os trabalhadores recebem treinamento de segurança do trabalho, que são ministrados pela técnica de segurança do trabalho, a quem denominamos Ágata. Ela é contratada para prestar serviços de segurança em todas as obras da construtora, e por isso ela visita as obras eventualmente e é responsável pelos treinamentos de segurança tais como uso de EPI, combate a incêndio, primeiros socorros, trabalho em altura e uso de equipamentos perigosos. Segundo Olho de Tigre, os treinamentos são *in loco*, na obra. Em um primeiro momento é realizado um treinamento introdutório, no início do contrato de trabalho e depois, periodicamente, uma vez por mês, são realizados outros treinamentos. Foi enfatizado ainda que o treinamento para trabalho em altura é feito com

todos os funcionários.

Ágata explica que nos treinamentos não é usada nenhuma técnica de dinâmica de grupo. Ao ser perguntada como são os treinamentos, ela responde:

Data show... depende do treinamento.. tem treinamento teórico, tem prático, por exemplo...combate a incêndio, a gente usa extintores, colocam fogo, faz a prática... primeiros socorros também a gente tem a prática...é ...treinamento da NR-35, que é trabalho em altura...então, a gente ministra através de teórico usando o data show, vídeo... Todo o treinamento que eu tenho mesmo no computador e prático (Entrevista realizada em julho de 2020.).

Quando perguntados sobre como são os treinamentos, os operários dizem que são palestras sobre os riscos e como usar o EPI. A esse respeito, cabe destacar a resposta de Granada, que permite inferir que os treinamentos são complementados por um operário mais experiente:

Dos EPI's? O funcionário chega, primeiro dia, a gente pega o cinto, mostra pra ele como ele vai vestir o cinto, que tipo de luva ele vai usar pra tal tipo de serviço, capacete sempre...é...como ele vai ancorar o cinto...geralmente, esse negócio da ancoragem do cinto, a gente explica pra ele, dá uma aulazinha básica pra ele, só que a gente orienta ele a trocar ideia com outro funcionário ...quando for fazer isso, pergunta o fulano como que vai ser...que ele já tá sabendo, tal e explica. Porque talvez só a gente falar aqui embaixo, sem ir no lugar com ele, talvez não fica claro como que vai ser...aí a gente fala com ele, chega lá em cima...se é algum carpinteiro, por exemplo, ou vai trabalhar na carpintaria...a gente fala, conversa com o Reginaldo. O Reginaldo vai te explicar direitinho como que é...aí sempre respeitando isso. E agente orienta o rapaz também, o carpinteiro já mais antigo...no exemplo né? Fala assim: O fulano tá começando agora, da uma orientada nele na questão de segurança (Entrevista realizada em julho de 2020).

A partir do depoimento de Granada, é possível inferir que os saberes construídos na prática profissional, entendida nesta pesquisa como "saberes de prudência", são, além de desenvolvidos, trocados pelos operários. Apesar de não ser mencionada pela técnica em segurança do trabalho, percebe-se na resposta de Granada, como para os operários a troca de experiências é importante, necessária e valorizada pelos pares. Com relação à não menção dos saberes de prudência pela técnica em segurança do trabalho, acredita-se que esteja ligada ao desconhecimento deles. Estando limitada às regras impostas pelas normas, Ágata não percebe o quanto os saberes de prudência se presentificam e se fazem eficientes no espaço do canteiro de obras.

O operário mais antigo, aquele que possui maior experiência, é citado, de forma indireta, como um professor, capaz de, na prática, a partir de sua vivência e de experiências exitosas ao longo de sua carreira, colaborar de forma efetiva e eficaz com o processo de ensino-aprendizagem daqueles que se iniciam ou possuem pouca prática nas atividades da construção civil.

A esse respeito, vale evidenciar que em momento algum os gestores da obra mencionam a existência dessa troca de experiências, saberes de prudência, como parte do processo de construção de saberes na construção civil, desconsiderando assim todos os conhecimentos prévios, bagagem social, cultural, e principalmente profissional dos sujeitos trabalhadores da construção civil. Nesse sentido, realizam um

verdadeiro silenciamento dos saberes de prudência desses operários, a partir da construção de uma realidade por meio de um ponto de vista hegemônico, que implicitamente desconsidera os saberes do trabalhador.

Por meio das respostas dos trabalhadores foi possível perceber que os treinamentos seguem um modelo de ensino tradicional, baseado na simples “transmissão” de saberes, em que um único sujeito detentor do saber único e acabado fala e o outro deve “absorver” todo conhecimento.

Segundo Freire (2013), quase sempre, técnicos de boa vontade, deixam-se levar pela tentação tecnicista e em nome do “não perder tempo”, tentam, verticalmente, substituir os procedimentos empíricos do povo por sua técnica. Segundo Nascimento *et al.* (2010), tradicionalmente as discussões e ações relativas a riscos ocupacionais são realizadas por profissionais especialistas em segurança do trabalho por possuírem os conhecimentos técnicos necessários. Aos trabalhadores, cujo conhecimento não é reconhecido e validado, resta uma participação receptiva às demandas impostas pelas normas de segurança, ao respeito às regras e a utilização de equipamentos individual e coletiva.

Para Takahashi *et al.* (2012) as normas e os procedimentos constituem um modelo insuficiente para garantir a segurança de um sistema, já que é impossível prever, de antemão, todas as eventualidades do trabalho, a multiplicidade das ocorrências e a proliferação de microdetalhes cuja formalização implicaria num enorme e complexo labirinto de modos operatórios possíveis.

Quanto à participação dos operários nos treinamentos, eles dizem ter espaço para falar, mas preferem ficar só ouvindo: “Não gosto muito de falar não” (Quartzo); “Participo, uai...mais ou menos...eu sou mais de escutar.” (Topázio); “a minha participação é tá presente ali né? Escutar né?” (Cromita). Pelas respostas é possível perceber que não há uma interação entre os saberes técnicos e os saberes dos operários durante os treinamentos. Nesse sentido, segundo Takahashi *et al.* (2012), diz ser necessário repensar as práticas educativas que incorporem o saber fazer do operário.

Ao ser perguntada se nos treinamentos são realizadas discussões em grupo, Ágata respondeu que é “muito difícil, muito difícil. Já usei... mas não é frequente não”. Nesse sentido, é possível inferir que o saber do outro, operário, não é valorizado pela equipe gestora da obra. A realização de atividades em grupo possibilitaria alguma interação entre os operários que poderia resultar em discussões acerca de questões relativas ao trabalho.

De acordo com Takahashi *et al.* (2012) é necessária a adoção de novas metodologias e novos conteúdos para a formação de agentes multiplicadores de saúde e segurança na construção civil – dramatizações ou outras propostas didáticas alternativas, como estratégias de formação em saúde e segurança na construção civil e outros ramos de atividades, conforme os saberes dos trabalhadores a quem se destina o aprendizado. Quando questionados os gestores sobre os incentivos à participação do trabalhador durante os treinamentos de prevenção de acidentes, Ágata responde afirmativamente: “Todos têm que participar. Todos!”. Olho de Tigre disse: “Sim, incentiva. É obrigatória a presença”. Segundo Ônix,

a técnica de segurança nossa dá a palestra dela, a aula dela e abre espaço pra eles falarem, pergunta se alguém quer falar...mas geralmente eles não falam, só que aí ela gosta de perguntar...de chamar a atenção da pessoa específica: ‘o fulano e aquele dia...aquilo..’. (Entrevista realizada em julho de 2020.)

Cabe destacar que há distinta interpretação da pergunta pelos operários e a ge-

<sup>3</sup>A abordagem sócio - interacionista concebe a aprendizagem como um fenômeno que se realiza na interação com o outro. A aprendizagem acontece por meio da internalização, a partir de um processo anterior, de troca, que possui uma dimensão coletiva. Segundo Vygotsky, a aprendizagem deflagra vários processos internos de desenvolvimento mental, que tomam corpo somente quando o sujeito interage com objetos e sujeitos em cooperação. Uma vez internalizados, esses processos tornam-se parte das aquisições do desenvolvimento.

rência. Enquanto os operários entendem que a participação é sobre a interação entre operário e o palestrante (no caso, a técnica de segurança), a gerência entende que a participação é a presença do trabalhador no curso. Ou seja, a responsável por ministrar o treinamento dos trabalhadores da obra, Ágata, desconhece e/ou negligencia os pressupostos básicos que norteiam o processo de ensino da perspectiva sociointeracionista<sup>3</sup>, acabando por fazer uso de métodos de ensino que não preveem a interação e a troca para construção de saberes.

A chamada metodologia tradicional de transferência do conhecimento, na qual o professor e o ato de ensinar são mais importantes do que o aluno e o fato de aprender (FREIRE, 2009), foi observada na obra pesquisada. Segundo Ágata, em seus treinamentos, os trabalhadores são convidados a falar, mas conforme é possível perceber por meio dos relatos, são pouco participativos. Importante destacar que ao agente mediador do processo de ensino-aprendizagem não cabe apenas o papel de transmissor do conhecimento, e sim buscar formas e estratégias que sejam capazes de tornar o processo de ensino algo engajador, que atraia a atenção e permita que os sujeitos tenham oportunidades reais e efetivas de, por meio da e na interação, construir saberes reais, úteis e por isso mesmo, exitosos.

Segundo Nascimento *et al.*, (2010), um modelo metodológico que se pretenda eficaz na prevenção dos riscos ocupacionais, visando a promoção da saúde, deve-se pautar pela incorporação dos trabalhadores como atores desse processo. Ou seja, um treinamento que reconheça a importância da técnica e do conhecimento científico, mas que também valorize a participação efetiva dos trabalhadores, a partir do reconhecimento de seus saberes, de suas experiências e de suas vivências subjetivas.

As autoras dizem também que os estudos que redundaram nos entendimentos acerca dos “saberes de prudência” (CRU, DEJOURS, 1987 *apud* NASCIMENTO *et al.*, 2010) e de “regras de ofício” surgiram a partir de uma pesquisa realizada com trabalhadores da construção civil na França. Os frutos dessa pesquisa demonstraram que os trabalhadores eram capazes de evitar acidentes através da experiência e dos saberes acumulados ao longo dos anos de atividades profissionais, o que também foi evidenciado nas investigações da presente pesquisa.

Citrino, operador de guincho, desenvolveu sua própria técnica de proteção: “[..] igual no guincho, eu fico muito com a cabeça no poço do elevador, sempre tem que usar capacete, eu costumo subir e por uns madeirites tampando um andar acima do que eu tô, faço tipo uma varanda pra evitar ficar caindo as coisas na minha cabeça”. Citrino é o operário com menos tempo de trabalho na construção civil, porém já desenvolveu as suas “técnicas de prudência”.

Em outro relato, Ônix diz ter desenvolvido um tipo de fechamento do poço do elevador para mexer com o carrinho de concreto ou entulho. Cristal, o mestre de obras, dá lição de saberes de prudência quando perguntado como seus conhecimentos e experiência o ajudam a evitar acidentes, ele responde:

Pensando que ele pode acontecer...manter sempre atento né? Primeiro de tudo é atento...não chegar em local de risco ‘desaprevenido’, que eu acho que é o que mais causa o acidente ou a pessoa pensar assim...eu vou lá é só uma vez. Talvez não tem volta. (Entrevista realizada em julho de 2020.)

É urgente e necessário que se tenha ouvidos para ouvir os trabalhadores, as principais vítimas da precariedade do sistema de organização, prevenção e análise dos acidentes do trabalho. Que a participação não seja um simples cumprimento de regras pré-estabelecidas pela legislação.

A defasagem existente entre as normas de segurança e o *savoir-faire* dos trabalhadores demanda

que seja construída uma noção de risco ocupacional integradora. De um lado, que as políticas de prevenção dos riscos ocupacionais sejam elaboradas de modo a incorporar as experiências dos trabalhadores e trabalhadoras— principais interessados na promoção e preservação da saúde no trabalho — e, de outro lado, que o saber técnico especializado possa servir como ferramenta de auxílio à prevenção, visando à integridade da vida humana (NASCIMENTO *et al.* 2010, p.5).

Fonseca e Lima (2007) afirmam que os acidentes ocorrem não porque os riscos sejam desconhecidos ou os trabalhadores não sejam treinados, mas pela limitação do modelo de formação baseado essencialmente em normas e procedimentos técnicos transmitidos aos trabalhadores via educação formal. E que a aprendizagem acontece antes mesmo do trabalhador chegar ao canteiro, e prossegue na entrada da obra na aquisição de referências espaciais e temporais utilizadas nos momentos de cooperação e de trocas de experiências (de trabalho e de vida) indispensáveis para eficácia das ações técnicas.

O sentimento de solidariedade do grupo é percebido nas ações dos trabalhadores em que a partir de ações de proteção individuais constroem uma relação de cumplicidade, no cuidado com a proteção do coletivo. Às perguntas “você conversa sobre os riscos no trabalho com seus colegas? Se sim, acha que essas conversas te ajudam a evitar acidentes? Como?” Rubi diz que “sempre um chamando a atenção do outro, falando...se ver alguém sem os EPI, falando pra usar.” Topázio afirma que “Converso, ajuda...igual assim...a gente tem muito medo daquele poço do elevador, se chegar a cair ali...é muito alto, eu não sei quantos metros tem não, mas é muito alto.Se chegar cair ali, não sobrevive não...é muito perigoso.”

Já Pirita responde que: “Converso... ajuda porque futuramente pode passar por uma ocasião daquela comentada por um colega de trabalho e a gente lembrar e evitar de cometer os mesmos erros que aquela pessoa cometeu”. A conversa, a troca de experiência, dos saberes de prudência e dos saberes de ofício fazem parte da construção da carreira profissional do operário da construção civil, embora não sejam consideradas pelos gestores. Escutar, valorizar e reconhecer a participação dos trabalhadores nos cursos, valorizar a história de vida de cada um, contextualizar situações de risco a partir da realidade vivenciada nas obras, podem construir autonomia para além do canteiro de obras. Aquele que pratica a arte da comunicação, que se arrisca a falar e deixar de ser somente ouvinte, pode participar melhor da vida em família, do bairro e até mesmo da cidade.

## Consideração Finais

Falar sobre os saberes de prudência é reconhecer o processo de construção de conhecimento que se efetiva na construção civil: cotidianamente o trabalhador interage com o outro, ensina e compartilha saberes. No entanto, os chamados saberes de prudência, constituídos durante a prática laboral, são, grande parte das vezes, silenciados e esquecidos em função dos treinamentos abordarem somente os saberes formais/científicos/normativos que são repassados pelos gestores.

Em um canteiro de obras, a segurança, para além do individual é uma questão coletiva, aprendida entre os pares: um é responsável pela proteção do outro. Nessa relação se constitui o aprendizado, a troca de saberes e experiências entre os trabalhadores. Contudo, falta ao trabalhador o saber institucionalizado/valorizado pelo patrão, e não raro ele acaba achando que a lhe falta, inclusive, a capacidade de aprender, já que muito do que é “transmitido” nas palestras, não é por ele compreendido. Assim, constitui-se como uma ausência no mundo, alguém que implicitamente não se vê como um agente par-

participativo, atuante e emancipador, capaz de refletir e intervir de forma ativa para alterar para melhor o meio em que vive e trabalha.

Os agentes responsáveis pelos processos de ensino-aprendizagem nos canteiros de obras são os gestores. Munidos de potencial gerenciador e meios de execução, cabe a eles não apenas garantir a execução da obra, mas antes de tudo assegurar de maneira exitosa, eficaz e formativa que as ações de segurança se façam presentes. Para tanto, é necessário que haja interação entre gerência e operários para a transformação do ambiente de trabalho, que deve ser norteada pelo reconhecimento dos saberes de prudência dos operários e de seu protagonismo na construção civil. Diante do exposto, é fundamental que as capacitações relativas à segurança do trabalho, propostas no âmbito da construção civil, incorporem o “saber fazer” do trabalhador como fonte de conhecimentos relevantes e eficazes.

O reconhecimento do outro e seus conhecimentos prévios como válidos e eficazes, capazes de colaborar de forma efetiva para a construção de um espaço de trabalho mais seguro e saudável, modifica não só o meio, mas primordialmente a postura, a atuação do sujeito em seu meio, promovendo bases para a emancipação humana em quaisquer locais e tempos, que amplia as perspectivas de desenvolvimento local.

### Referências Bibliográficas

- ALVES-MAZZOTTI, Alda J.; GEWANDSNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1999.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **NR 18 – Condições de segurança e saúde no trabalho na indústria da construção**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2020.
- BORGES, Livia de Oliveira; PEIXOTO, Tamara Palmieri. Ser Operário da Construção Civil é viver a Discriminação Social. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v.11, n. 1, p.21-36. jan-jun 2011
- CARVALHO, Daniela Buba; FREITAS, Maria do Carmo Duarte. **Capacitação a distância em Saúde e Segurança do Trabalho: Fatores críticos identificados em Curitiba e Região Metropolitana**. XIII SEPROSUL Semana de la Ingeniería de Producción Sudamericana Junho de 2013, Gramado – Brasil.
- CIAVATTA, Maria. A formação integrada, a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho necessário**. v. 3, n. 3, p. 1-20, 2005.
- COSTA, Luciano Rodrigues. **Trabalhadores em Construção, redes sociais e qualificação na construção civil**. Tese de doutorado. Campinas, 2010
- CUNHA, Sebastião F. **Perfil do Mercado de Trabalho Brasileiro e dos Trabalhadores na Construção Civil (capítulo do livro Saúde e Segurança no Trabalho na Construção Civil Brasileira, 2015)**
- DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, [S.l.], v. 20, n. 24, p. 213-225, dez. 2004.
- FILGUEIRAS, Vitor Araújo *et al.* **Saúde e segurança do trabalho na construção civil**. Aracaju: J. Andrade, 2015. 192 p.
- FONSECA, Eduardo Diniz; LIMA, Francisco de Paula Antunes. **Novas tecnologias construtivas e acidentes na construção civil: o caso da introdução de um novo sistema de escoramento de formas de laje**. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, 32 (115): 53-67, 2007.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. (39. ed.). São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Paz e Terra, 2013. Recurso digital.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, jan./jun. 2001.
- GANEM, Valérie; RODRIGUES, Martha Veras « **Quel est l'impact de la faim et de la lutte pour la survie sur le rapport subjectif au**

**travail ?** », Perspectives interdisciplinaires sur le travail et la santé [En ligne], 18-1 | 2016, mis en ligne le 01 mai 2016, consulté le 30 avril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/pistes/4673> ; DOI: 10.4000/pistes.4673.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE Cidades. **Panorama**. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/bom-despacho/panorama> Acesso em: 24 de maio 2021.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2017.

NASCIMENTO, Elvia Lane Araújo; *et al.* **RISCOS OCUPACIONAIS: DAS METODOLOGIAS TRADICIONAIS À ANÁLISE DAS SITUAÇÕES DE TRABALHO**. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 22 – n. 1, p. 115-126, Jan./Abr. 2010.

OLIVEIRA, João Cândido. **Segurança e saúde no trabalho uma questão mal compreendida**. São Paulo: *Em Perspectiva*, 17(2) 2003.

PARENTI, M. G. F. TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL E A EXPERIÊNCIA ESCOLAR: SIGNIFICADOS CONSTRUÍDOS EM UM CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL. **Trabalho & Educação**, [S. l.], v. 6, p. 174–175, 2013.

Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9177>. Acesso em: 1 mar. 2021.

TAKAHASHI, Mara Alice Batista Conti; *et al.* **Precarização do Trabalho e Risco de Acidentes na construção civil: um estudo com base na Análise Coletiva do Trabalho (ACT)**. *Saúde Soc.* São Paulo, v.21, n.4, p.976-988, 2012.

TENÓRIO, F.G.; ROZEMBERG, J. E. Gestão pública e cidadania: metodologias participativas em ação. In: **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: EBAP/FGV, v.31, n. 4, p. 101-125, jul./ago./1997.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **(Re) Visitando o Conceito de Gestão Social**. **DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO**. Editora Unijuí • ano 3 • n. 5 • jan./jun. • 2005. Pg. 101-124.

TOMASI, A. **A construção social da qualificação dos trabalhadores da construção civil de Belo Horizonte: um estudo sobre os mestres-de-obras**. Belo Horizonte: CNPq, 1999. Relatório.

VILELA, Rodolfo Andrade Gouveia & IGUTI, Aparecida Mari & ALMEIDA, Ildeberto Muniz. **Culpa da vítima: um modelo para perpetuar a impunidade nos acidentes do trabalho**. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 20(2):570-579, mar- a b r, 2004.